

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO INTEGRAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO DOS JOVENS NA ESCOLA BRASILEIRA

Karina Andreia Braga da Silva,
Adriana Maria Tonini

RESUMO

O presente artigo discute a relação entre juventude e educação integral no contexto da escola brasileira, com atenção especial aos jovens que frequentam o ensino médio. O objetivo é compreender de que forma uma proposta de educação integral pode contribuir para a formação dos estudantes, considerando não apenas a ampliação da jornada escolar, mas também aspectos ligados à participação, à cultura, à autonomia, à convivência e ao projeto de vida. A pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, baseada em legislação educacional, documentos do Ministério da Educação, dados do Censo Escolar e estudos acadêmicos publicados em português. A análise mostra que a educação integral pode ampliar as oportunidades formativas dos jovens quando reconhece suas experiências, seus interesses e as diferentes formas de viver a juventude. Ao mesmo tempo, a ampliação do tempo na escola exige planejamento pedagógico, infraestrutura, profissionais preparados e atividades que tenham sentido para os estudantes. Conclui-se que a educação integral pode fortalecer a relação entre juventude e escola, desde que o aumento da jornada esteja ligado a uma proposta de formação humana mais ampla e ao reconhecimento dos jovens como sujeitos participantes do processo educativo.

Palavras-chave: juventude; educação integral; escola; ensino médio; formação integral.

1 INTRODUÇÃO



A juventude é uma etapa da vida marcada por mudanças, escolhas e pela construção de novas relações com a família, a escola, o trabalho, a cultura e a sociedade. No entanto, não existe uma única forma de ser jovem. As condições econômicas, sociais, culturais e territoriais influenciam diretamente as experiências juvenis. Por esse motivo, muitos estudos utilizam a expressão "juventudes", no plural, para destacar que os jovens possuem trajetórias, interesses e necessidades diferentes. Dayrell (2007) mostra que compreender os estudantes apenas pela condição de alunos é insuficiente, pois eles chegam à escola trazendo experiências construídas em outros espaços de convivência e socialização.

No Brasil, o Estatuto da Juventude considera jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos e assegura, entre outros direitos, o acesso à educação de qualidade (BRASIL, 2013). Essa definição ajuda a compreender a importância das políticas educacionais voltadas principalmente aos estudantes do ensino médio, etapa em que grande parte dos alunos já vive de forma mais intensa questões relacionadas ao trabalho, à autonomia, às expectativas profissionais e às decisões sobre o futuro.

Nesse contexto, a educação integral aparece como uma proposta que busca ampliar as possibilidades de formação oferecidas pela escola. Ela não deve ser entendida somente como aumento do número de horas de permanência do estudante no ambiente escolar. A ideia de formação integral envolve o desenvolvimento intelectual, social, cultural, corporal e emocional, articulando os conhecimentos escolares às experiências de vida e à participação dos estudantes. Moll e Leite (2015) defendem que a educação integral precisa ser compreendida como um direito e como uma forma mais ampla de olhar para os sujeitos e para seus processos formativos.

A discussão ganhou ainda mais importância com a expansão das matrículas em tempo integral. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica 2025, 26,8% das matrículas do ensino médio na rede pública estavam organizadas em tempo integral, percentual superior ao registrado nos anos anteriores (INEP, 2026). Esse crescimento mostra que a ampliação da jornada escolar já faz parte da realidade de um número significativo de jovens e, por isso, precisa ser acompanhada por uma reflexão sobre a qualidade e o sentido das experiências oferecidas durante esse tempo.



Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir a relação entre juventude e educação integral, analisando de que maneira essa proposta pode contribuir para a formação dos jovens e quais desafios precisam ser enfrentados para que o tempo ampliado na escola resulte em experiências educativas significativas. Para isso, são abordadas as relações entre juventude e escola, o conceito de educação integral, a participação juvenil e os desafios relacionados à implementação dessa proposta no contexto brasileiro.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica utilizou artigos científicos publicados em português que discutem juventude, escola, educação integral e ampliação da jornada escolar. Entre os autores consultados estão Dayrell (2007), Cavaliere (2007), Moll e Leite (2015) e Leite e Ramalho (2015). Esses estudos foram escolhidos por apresentarem discussões diretamente relacionadas à formação dos jovens e às experiências de educação integral no Brasil.

A pesquisa documental considerou normas e documentos oficiais, como o Estatuto da Juventude, a Base Nacional Comum Curricular, a Lei nº 14.640/2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, o Plano Nacional de Educação aprovado em 2026 e dados do Censo Escolar da Educação Básica 2025. A análise foi realizada a partir da leitura e da comparação das ideias presentes nessas fontes, buscando identificar pontos de aproximação entre as necessidades das juventudes e os princípios da educação integral. Como se trata de um estudo bibliográfico e documental, não houve aplicação de questionários, entrevistas ou coleta direta de dados com estudantes.

3 JUVENTUDES E A RELAÇÃO COM A ESCOLA

Para compreender a educação integral voltada aos jovens, é necessário primeiro reconhecer que a juventude não pode ser vista de maneira uniforme. Jovens da mesma idade

podem viver situações muito diferentes. Alguns conciliam estudo e trabalho, outros participam de atividades culturais, esportivas ou religiosas, e muitos enfrentam dificuldades relacionadas à renda, ao transporte e ao acesso a oportunidades. Essas diferenças também influenciam a forma como cada estudante percebe a escola e o valor que atribui aos estudos.

Dayrell (2007) explica que as relações entre juventude e escola são marcadas por tensões porque a instituição escolar nem sempre consegue reconhecer as mudanças vividas pelos jovens e as formas pelas quais eles constroem suas identidades. O estudante não deixa de ser jovem quando entra na sala de aula. Ele continua carregando seus gostos, seus grupos de amizade, suas experiências familiares, suas preocupações com o futuro e suas referências culturais. Quando a escola ignora essas dimensões, o ensino pode se tornar distante da realidade dos alunos.

Isso não significa que a escola deva abandonar os conhecimentos científicos e os conteúdos curriculares para trabalhar apenas com temas de interesse imediato dos estudantes. O desafio é criar relações entre o conhecimento escolar e a vida social, permitindo que o jovem compreenda por que aquilo que aprende pode ajudá-lo a interpretar o mundo, continuar os estudos, exercer a cidadania e participar do mundo do trabalho. A própria Base Nacional Comum Curricular afirma que uma escola que acolhe as juventudes deve estar comprometida com a formação integral e com a construção do projeto de vida dos estudantes (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, a participação juvenil precisa ser considerada parte do processo educativo. Ouvir os estudantes, permitir sua participação em projetos e criar espaços de decisão pode aproximá-los da escola e aumentar o sentimento de pertencimento. A participação não significa deixar toda a responsabilidade pedagógica nas mãos dos alunos, mas reconhecer que eles também podem contribuir para a escolha de temas, atividades, projetos e formas de organizar determinados momentos da vida escolar.

A pesquisa de Leite e Ramalho (2015), realizada com jovens que participaram do Programa Escola Integrada de Belo Horizonte, mostrou que os próprios estudantes perceberam mudanças em atitudes e valores após a participação em atividades de educação integral. As autoras identificaram efeitos relacionados à socialização, à vida escolar, à autonomia, à organização e ao mundo do trabalho. Esse estudo indica que experiências educativas que

incluem práticas artísticas, culturais e esportivas podem alcançar dimensões da formação juvenil que nem sempre aparecem nas aulas tradicionais.

4 EDUCAÇÃO INTEGRAL: MAIS DO QUE AMPLIAR O TEMPO NA ESCOLA

A educação integral e a educação em tempo integral são conceitos relacionados, mas não são exatamente a mesma coisa. O tempo integral está ligado à duração da jornada escolar. A Lei nº 14.640/2023 considera matrícula em tempo integral aquela em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por, no mínimo, sete horas diárias ou 35 horas semanais (BRASIL, 2023). A educação integral, por sua vez, está relacionada ao tipo de formação que se pretende oferecer durante esse período.

Essa diferença é importante porque aumentar o tempo de permanência na escola não garante, por si só, uma formação mais completa. Se o estudante permanece mais horas repetindo as mesmas atividades, sem diversidade de experiências e sem integração entre os componentes curriculares, a jornada pode se tornar cansativa. Cavaliere (2007) já destacava que a ampliação do tempo escolar precisa estar ligada à qualidade do trabalho educativo, e não apenas ao aumento quantitativo das horas.

Uma proposta de educação integral pode incluir diferentes linguagens e experiências, como esporte, arte, cultura, leitura, ciência, tecnologia, projetos de pesquisa, educação ambiental, práticas de convivência e atividades relacionadas ao território em que a escola está inserida. Essas ações precisam fazer parte de um planejamento pedagógico comum, evitando a separação entre um turno considerado “mais importante”, voltado às disciplinas, e outro visto apenas como preenchimento de tempo.

O Plano Nacional de Educação aprovado em 2026 reforça essa direção ao estabelecer como objetivo a ampliação da educação integral em tempo integral, com garantia de qualidade e de intencionalidade pedagógica das atividades. O plano prevê ampliar progressivamente o atendimento e também aponta a necessidade de infraestrutura, profissionais da educação, alimentação, transporte e recursos didático-pedagógicos adequados (BRASIL, 2026). Assim, a



expansão da jornada precisa vir acompanhada de condições concretas para que a escola consiga desenvolver uma proposta educativa consistente.

Para os jovens, essa organização pode ter um significado especial. A escola em tempo integral pode oferecer acesso a atividades que muitos estudantes não teriam oportunidade de realizar fora dela. Pode também ampliar o contato com espaços culturais, esportivos e científicos. Moll e Leite (2015) destacam que a educação integral não deve ficar limitada aos muros escolares, pois a cidade, a comunidade e os diferentes territórios também podem ser compreendidos como espaços educativos.

5 FORMAÇÃO INTEGRAL, PROTAGONISMO E PROJETO DE VIDA

A formação integral dos jovens exige uma escola que trabalhe com conhecimentos acadêmicos, mas que também crie condições para o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade e da participação. Nessa etapa da vida, muitos estudantes começam a tomar decisões que terão impacto nos anos seguintes, como escolher uma profissão, buscar o primeiro emprego, continuar os estudos ou participar de projetos sociais e culturais. A escola pode contribuir para que essas escolhas sejam feitas com mais informação e reflexão.

O projeto de vida, presente nas orientações da BNCC para o ensino médio, não deve ser reduzido a uma atividade em que o estudante apenas escolhe uma profissão. Ele pode ser entendido como um processo de reflexão sobre interesses, valores, possibilidades e caminhos futuros. Nesse sentido, a educação integral pode oferecer experiências que ajudem o jovem a conhecer melhor suas capacidades, ampliar seu repertório e perceber diferentes possibilidades de atuação na sociedade (BRASIL, 2018).

O protagonismo juvenil também está ligado à possibilidade de o estudante participar de forma ativa da vida escolar. Grêmios, projetos de intervenção, feiras, clubes, atividades culturais, ações solidárias e projetos de pesquisa são exemplos de experiências em que o jovem pode assumir responsabilidades, trabalhar em grupo, argumentar e apresentar ideias. Essas práticas ajudam a transformar a escola em um espaço de convivência e participação, e não apenas em um local de transmissão de conteúdos.

Leite e Ramalho (2015) mostram que atividades diversificadas podem contribuir para mudanças percebidas pelos próprios jovens em aspectos como disciplina, respeito, autonomia e organização. Esse resultado não significa que qualquer atividade de contraturno produzirá automaticamente os mesmos efeitos. O ponto principal é que práticas com sentido, acompanhadas por educadores e relacionadas à realidade dos estudantes, podem produzir experiências formativas importantes.

Por isso, a educação integral precisa reconhecer a voz dos jovens. Uma proposta construída sem considerar os estudantes corre o risco de ampliar o tempo escolar sem ampliar as possibilidades de aprendizagem. Quando os jovens participam, percebem que sua experiência também tem valor e podem estabelecer relações mais próximas com a escola. Isso pode favorecer o sentimento de pertencimento e tornar o espaço escolar mais conectado às necessidades das juventudes.

6 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA OS JOVENS

A ampliação da educação integral no Brasil apresenta possibilidades importantes, mas também exige cuidados. Um dos primeiros desafios é a infraestrutura. Uma jornada de sete horas ou mais exige espaços adequados para alimentação, higiene, descanso, atividades esportivas, leitura, cultura e estudo. Não é suficiente manter o estudante por mais tempo em uma sala que já apresenta limitações durante a jornada regular.

Outro ponto é a organização do trabalho pedagógico. Professores, gestores e demais profissionais precisam ter condições de planejar de forma integrada. A educação integral perde parte de seu sentido quando cada atividade funciona de maneira isolada. O currículo precisa estabelecer relações entre os conhecimentos escolares, os projetos, as experiências culturais e as questões vividas pelos estudantes. A ampliação do tempo também exige atenção à formação e às condições de trabalho dos profissionais que atuam na escola.

Existe ainda o desafio de considerar as condições concretas da juventude. Muitos jovens do ensino médio trabalham ou procuram emprego, ajudam nas tarefas familiares e enfrentam longos deslocamentos. Por isso, a expansão do tempo integral precisa observar a realidade de

cada território e evitar que uma política pensada para ampliar oportunidades acabe dificultando a permanência de determinados grupos de estudantes. O Estatuto da Juventude reconhece a educação como direito, e esse direito precisa ser garantido de maneira compatível com as diferentes situações vividas pelos jovens (BRASIL, 2013).

Ao mesmo tempo, o crescimento das matrículas mostra que existe espaço para consolidar novas experiências. Os dados do Inep apontam que a participação do ensino médio público em tempo integral chegou a 26,8% em 2025, indicando uma expansão relevante dessa forma de oferta (INEP, 2026). Com o avanço das matrículas, aumenta também a responsabilidade de acompanhar não apenas quantos estudantes estão em tempo integral, mas o que eles aprendem e como avaliam a experiência escolar.

Uma possibilidade importante é fortalecer a relação entre escola e território. Parcerias com bibliotecas, universidades, centros culturais, equipamentos esportivos e outros espaços públicos podem ampliar as oportunidades educativas. Isso não significa transferir a responsabilidade da escola para outras instituições. A escola continua sendo responsável pelo planejamento e pelo acompanhamento pedagógico, mas pode aproveitar os recursos existentes na comunidade para diversificar as experiências oferecidas aos jovens.

Outro caminho é garantir espaços reais de escuta. Pesquisas de satisfação, assembleias de turma, grêmios estudantis e momentos de avaliação dos projetos podem ajudar a escola a perceber o que funciona e o que precisa ser modificado. Quando a educação integral considera o estudante como sujeito e não apenas como alguém que deve cumprir uma carga horária maior, a ampliação do tempo tende a ganhar um sentido mais formativo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre juventude e educação integral envolve muito mais do que a permanência do estudante por um período maior na escola. Os jovens possuem experiências, identidades, responsabilidades e expectativas diferentes. Por isso, uma proposta de formação integral precisa reconhecer essa diversidade e criar condições para que a escola seja um espaço de aprendizagem, convivência, participação e construção de perspectivas para o futuro.

A análise das fontes consultadas mostra que a ampliação da jornada pode favorecer o desenvolvimento dos estudantes quando está ligada a atividades diversificadas e a um projeto pedagógico com objetivos claros. Experiências culturais, esportivas, científicas e sociais podem ampliar o repertório dos jovens e fortalecer habilidades relacionadas à autonomia, à organização e à participação. Entretanto, apenas aumentar o número de horas não é suficiente para alcançar esses resultados.

Também foi possível perceber que a expansão da educação em tempo integral exige investimento em infraestrutura, alimentação, transporte, profissionais e planejamento pedagógico. Além disso, as políticas precisam considerar a realidade de jovens que trabalham, cuidam de familiares ou vivem em territórios com diferentes condições de acesso à escola. A educação integral só cumpre sua função quando amplia direitos e oportunidades, e não quando cria novas barreiras.

Assim, a educação integral pode contribuir para aproximar a escola das juventudes, desde que reconheça os jovens como participantes do processo educativo. O desafio atual não é apenas ampliar o tempo escolar, mas garantir que esse tempo tenha qualidade, diversidade e sentido. Quando a escola consegue articular conhecimento, cultura, participação e projeto de vida, ela amplia suas possibilidades de contribuir para uma formação realmente integral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em:



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14640.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15388.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300018. Acesso em 16 de set. 2026.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022. Acesso em 16 de set. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2025:** notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2025.pdf. Acesso em: 17 set. 2026.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez; RAMALHO, Bárbara. Jovens-adolescentes egressos de uma educação integral: a construção de atitudes e valores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 63-80, out./dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-4698151339. Acesso em 16 de set. 2026.

MOLL, Jaqueline; LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Apresentação: educação integral em tempo integral: desafios e possibilidades no campo das políticas afirmativas de direitos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 17-21, out./dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-4698013104. Acesso em 16 de set. 2026.